

Desenvolvimentismos, lulismo e bonapartismo¹

Angelita Matos Souza

✉ angelitams@uol.com.br

Resumo

Neste texto, o objetivo é realizar um balanço rápido sobre os governos do PT, mormente governos Lula, com ênfase à temática do desenvolvimentismo e do lulismo, a partir do pressuposto de que a política econômica teria passado de eminentemente favorável aos interesses do capital financeiro internacional e seus defensores locais, nos governos FHC, para maior atenção aos interesses do capital produtivo nacional e das camadas populares, nos governos petistas. Primeiramente abordamos a temática do novo-desenvolvimentismo, em seguida o social-desenvolvimentismo e a natureza supostamente bonapartista e/ou populista do lulismo.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: novo-desenvolvimentismo, lulismo, populismo, bonapartismo, social-desenvolvimentismo.

1 Apresentamos resultados parciais do balanço bibliográfico referente ao projeto de pesquisa sobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com apoio FAPESP (processo n. 2014/01559-4). Porém salientamos que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste texto são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Introdução

Os governos Lula se destacaram pelo crescimento econômico combinado à distribuição de renda, mas a hipótese de novo-desenvolvimentismo seria controversa devido, sobretudo, à não liderança da atividade industrial, notadamente em segmentos de alta tecnologia, e pela especialização na exportação de *commodities*. De todo modo, após o assombro que fora o início da Era Lula, marcado pelo continuísmo neoliberal, teria ocorrido certa inflexão na política econômica, alimentando teses em torno do novo-desenvolvimentismo, a despeito da manutenção das diretrizes da política macroeconômica herdadas dos governos FHC — o tripé metas de inflação, superávit primário e câmbio valorizado. Entre as duas posições — continuísmo neoliberal vs. novo-desenvolvimentismo — presentes no debate acerca dos governos Lula, neste texto se desacreditará um tanto do acento sobre o continuísmo, mas sem muito entusiasmo pela tese do novo-desenvolvimentismo, tendo como parâmetro a definição de Pedro Dutra Fonseca (2013, p. 28):

(...) entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

O crescimento econômico seria condição necessária, todavia insuficiente, para se falar em desenvolvimentismo, pois o conceito incorporaria, além da liderança do setor industrial, “fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais”, tais como baixa produtividade, concentração de renda, desigualdade social, vulnerabilidades externas (dependência tecnológica, financeira), melhoria de indicadores sociais nas áreas de educação, saúde, saneamento, meio ambiente etc. Dessa perspectiva, que deve acompanhar a ideia de novo-desenvolvimentismo, não são poucos os autores que rechaçam a caracterização para os governos Lula. Mas usaremos a denominação a fim de enquadrar mudanças na política econômica comparativamente aos governos de FHC, mais claramente identificáveis como neoliberais².

2 Sob o impacto do primeiro ano do governo Lula muitos autores destacaram o continuísmo neoliberal, por isso mencionamos apenas dois autores que em textos mais recentes reafirmam o continuísmo (um continuísmo até piorado): Gonçalves (2012), que fala em “nacional-desenvolvimentismo às avessas”, devido à desindustrialização, à reprimarização e à desnacionalização da economia brasileira; e Sampaio Junior (2012), que destacou o caráter “neocolonial” dos governos Lula. Bastos (2012) não chega a rechaçar a hipótese de novo-

A mudança mais notável seria o denominado social-desenvolvimentismo, um conjunto de políticas de valorização salarial, expansão do crédito e dos programas de transferência de renda/inclusão social visando à ativação do mercado interno, ao combate às desigualdades sociais e à redução/eliminação da pobreza. As dificuldades seriam muitas, desde político-financeiras à fraca contrapartida na qualidade e na expansão dos serviços sociais universais³. Criador e criatura do denominado fenômeno do *lulismo*, o social-desenvolvimentismo promoveria a retomada das noções de populismo e bonapartismo em análises dos governos Lula, última temática a ser abordada, buscando na noção de bonapartismo *soft* elementos para reflexão acerca do *atraso* político envolvido no fenômeno em foco.

O novo-desenvolvimentismo

O primeiro ano de governo Lula foi marcado pela resposta ao ataque especulativo provocado pela chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, com o ajuste conservador determinando o baixo crescimento econômico: de 2,7% em 2002 para 1,15% em 2003. O quadro melhoraria em 2004 e especialmente a partir de 2006 a economia voltaria a crescer, favorecida pelos bons ventos da conjuntura econômica internacional e pelas políticas expansionistas internas: a) investimentos

desenvolvimentismo, mas aponta para seus limites, assim como aos do social-desenvolvimentismo. Em geral, há concordância de que ocorreu especialização em torno das exportações de commodities, incluindo a atividade extrativa de petróleo e minério de ferro e as indústrias processadoras de matérias primas (CARNEIRO, 2010). Para Medeiros (2015, p. 143): “sem uma clara política industrial, a estrutura produtiva manteve sua diversidade, mas cresceu extensivamente sem avanços nos setores e nas atividades de maior conteúdo tecnológico”. Posição semelhante quanto à não expansão dos setores inovadores encontramos em Bonelli e Pessoa (2010), que contestam a hipótese de desindustrialização e/ou doença holandesa, abordando a perda de espaço da indústria de transformação no PIB também como fenômeno mundial. No entanto, como defendem Belluzzo e Almeida (2015), é preciso não perder de vista a especificidade do caso brasileiro, no qual a queda na participação industrial não estaria ligada aos ganhos de produtividade obtidos/difundidos por meio do avanço industrial, como nos países de industrialização madura; por aqui, o fenômeno estaria relacionado às políticas econômicas adotadas especialmente nos anos 1990, mas para os autores há margem para recuperação. Enfim, aumentaram a demanda mundial e o peso das exportações de commodities, houve especialização exportadora, mas a estrutura produtiva manteve sua diversidade, sendo talvez excessivo falar em desindustrialização/reprimarização como traço definitivo. Como não é a Economia nossa área de formação, fundamentalmente apontaremos fontes secundárias do debate sobre economia brasileira nos governos do PT. Sobre a ideia de inflexão da política econômica nos governos Lula, ver Barbosa e Souza (2010), Morais e Saad-Filho (2011), Singer (2012) e Barbosa (2013).

- 3 Ao distinguir novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo retomamos Bastos (2012), porém alterando um pouco o sentido, pois o autor aborda duas proposições estratégicas visando ao desenvolvimento no Brasil, ao passo que os tomamos como dados: o novo-desenvolvimentismo voltado ao estímulo do setor privado e o social-desenvolvimentismo às políticas distributivas — qualificado por Bastos como desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado.

em infraestrutura, como os ligados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com maior concentração na área de energia (petróleo e gás e energia elétrica); b) maior participação dos bancos públicos no financiamento da economia, expansão do crédito ao consumo (crédito consignado); c) política de valorização do salário-mínimo, de reestruturação de carreiras do funcionalismo público (realização de concursos, aumentos salariais) e programas de distribuição de renda.

Entre 2003 e 2010, o crescimento médio da economia brasileira ficou em torno de 4% ao ano, superior ao do governo antecessor, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cuja expansão média anual do PIB foi de 2,3%. Conforme Barbosa (2013), entre 2006 e 2008 a aceleração do crescimento teria sido motivada sobretudo pelo investimento, que cresceu a uma taxa média de 12,4% no período, e pelo aumento do consumo das famílias, ao ritmo de 6,1% ao ano.

Essa expansão devida à demanda doméstica refletiu o impacto de três fatores sobre a economia brasileira. Em primeiro lugar (...), a taxa de câmbio continuou a cair de 2006 a 2008, o que ampliou o poder de compra das famílias e barateou os bens de capital, gerando aumento do consumo e do investimento privados. Em segundo lugar, o aumento do investimento público e do investimento por parte da Petrobras teve forte efeito de “arrasto” sobre toda a economia. Em terceiro lugar, a aceleração do crescimento aumentou os lucros e salários num contexto de redução da taxa de juros e gerou uma expansão no crédito, que aumentou de 28%, em 2005, para 40% do PIB, em 2008 (BARBOSA, 2013, p. 76).

Diante da eclosão da crise financeira internacional ao final de 2008, as medidas expansionistas foram incrementadas, inclusive porque a necessidade de mitigar a recessão nos centros desenvolvidos alterou o próprio sentido das recomendações do FMI, que passou a ser mais *flexível* quanto à expansão dos gastos nos países em desenvolvimento, a fim de “contribuir para a solução dos ‘desequilíbrios’ dos países desenvolvidos” (BASTOS, 2012, p. 799). Devido à crise internacional, a economia brasileira fecharia 2009 com crescimento negativo, porém, em 2010, por efeito das medidas adotadas, num contexto de elevação dos preços das commodities, o crescimento saltaria para 7,5%.

Contrariando as expectativas do mercado, o governo Lula adotou uma postura sem precedentes na história recente do país: uma política de combate aos efeitos da crise internacional mediante medidas expansionistas nas áreas fiscal, monetária e creditícia. Em linhas gerais as principais ações do governo podem ser agrupadas em cinco grupos de medidas: (1) o aumento da liquidez e redução da taxa Selic; (2) a manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos mesmo em um contexto de

queda da receita do governo; (3) as desonerações tributárias temporárias e permanentes; (4) o aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos; e (5) o aumento do investimento público em habitação (BARBOSA, 2013, p. 81).

É possível afirmar que a política econômica dos governos Lula buscou equilibrar-se entre medidas expansionistas e contracionistas. Além da manutenção das diretrizes principais de política macroeconômica dos governos FHC, se tomarmos como parâmetro a política de juros, principal expediente contracionista, esta variou conforme o movimento inflacionário: sob os efeitos do ajuste inicial — queda da inflação e apreciação cambial — passou-se à redução progressiva dos juros a partir de meados de 2003: em janeiro de 2003 a Selic estava em 25,50%, em outubro em 19% e, um ano depois, em 16,25%. O desempenho da economia em 2004 (5,7%) e as expectativas de inflação para o ano seguinte levariam à elevação dos juros ao longo de 2005, chegando a 19,75% e encerrando o ano em 18%. Alcançado o recuo da atividade econômica (3,16%) e com inflação dentro da meta (5,6%), tem início novo ciclo de baixa, que vai até meados de 2008: dos 18% em dezembro de 2005 cairia para 11,25% em março de 2008, terminando o ano em 13,75%. Ainda atrativos em termos internacionais, mas com queda significativa.

Foi possível a combinação de crescimento econômico com inflação dentro da meta: em 2006, a economia cresceu 4%, com inflação abaixo do centro da meta, 3,1%; em 2007 a situação foi ainda melhor, com crescimento de 6,1% e inflação de 4,46%. Em 2008, ano da eclosão da crise internacional, o PIB recuaria para 5,1%, mas a inflação alcançaria os 5,9%. O crescimento negativo em 2009 (-0,2%) permitiria inflação dentro do centro da meta (4,31%) e 2010 inicia com a Selic em 8,65%, terminando em 10,66%⁴, ano em que o crescimento saltaria para 7,5%, com inflação em 5,9%, levando à adoção de novas medidas contencionistas já em 2010, aprofundadas no primeiro ano do governo Dilma, com efeitos negativos sobre o crescimento.

O controle da inflação esteve diretamente relacionado ao câmbio apreciado; apesar da elevação do preço das commodities possibilitar reservas cambiais, as taxas de juros reais médias seguiram altas a fim de sustentar a apreciação, com custos financeiros resultantes traduzidos em superávits primários enormes (BASTOS, 2012, p. 799)⁵. Contudo, a combinação de crescimento econômico com

4 Ver site do Banco Central: <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>.

5 Conforme Medeiros (2015, p. 66): “(...) tanto na cesta básica quanto, e principalmente, na cesta de bens industriais de consumo acima das necessidades imediatas a valorização do câmbio, mediante seu efeito nos preços de matérias-primas e bens industriais em geral, foi central para a contenção no custo de vida. Com os preços dos bens-salários estratégicos contidos pela valorização, a elevação do salário-mínimo nominal resultou em aumento do salário real”.

inflação dentro da meta, possibilitada pelo câmbio valorizado, a partir de 2008, vai sendo dificultada pela especulação em torno dos preços das commodities, destacando-se a alta dos preços no setor de serviços, menos sujeito à concorrência internacional (BARBOSA, 2013, p. 77)⁶. A inflação foi sendo em boa parte “importada” e a tendência à apreciação cambial acentuada pela expressiva entrada de capitais externos, tanto na forma de investimentos diretos quanto em carteira (idem).

Nesse cenário, como mencionado, no primeiro ano de governo Dilma⁷ as medidas contracionistas darão o tom: elevação dos juros (até meados do ano), da meta de resultado primário, corte de gastos nos investimentos em infraestrutura. Serrano e Summa (2012) localizam, criticamente, nessas medidas a causa principal da desaceleração rudimentar da economia desde 2011; se o alvo era a desaceleração da economia, este foi atingido. Mesmo que mantida a política de valorização do salário-mínimo e de combate à pobreza por meio da expansão da rede de proteção social, com níveis de desemprego baixos, o governo Dilma seria distinguido pelo fraco crescimento econômico, em torno de 2,2% ao ano.

Além das medidas de contenção, há de se levar em conta a hipótese de *greve de investimentos* (SINGER, 2013), um tipo nada incomum de *campanha empresarial* contra governantes. Aí o estilo Dilma pode ter tido alguma influência na tomada das decisões de investir; vale destacar as manifestações de descontentamento com a falta diálogo, centralismo decisório e aversão ao lucro privado atribuídos ao governo pelos agentes econômicos. É bem provável que a tentativa de centralização e controle do processo decisório tenha contribuído para indisposição/boicote do governo. Muito embora definitivo deva ser o que se denominou “nova matriz econômica”, um conjunto de medidas adotadas a partir de meados de 2011 buscando flexibilizar o tripé.

Para Rossi e Biancarelli (2015), trata-se de uma aposta equivocada de política “industrialista”, marcada pela redução nos preços de energia, desvalorização cambial, queda na Selic e, principalmente, por custos fiscais produzidos por desonerações tributárias para o setor industrial sem contrapartidas em termos de produção, exportações ou investimentos. Custos fiscais mascarados por manobras contábeis que acirraram ainda mais o pessimismo reinante, agravado pelas manifestações de junho de 2013 e pela antecipação do calendário eleitoral.

6 Aumentos salariais reais aumentaram a demanda, sendo que “entre os grandes setores da estrutura produtiva, o de serviços liderou o crescimento e, devido ao seu peso na economia, afirmou-se como o que mais contribuiu para a expansão do PIB” (MEDEIROS, 2015).

7 Sobre o governo Dilma, apenas relacionaremos algumas hipóteses explicativas para o baixo crescimento da economia.

Na visão dos autores, tais medidas não serviriam para alavancar o investimento privado, uma vez que “na lógica do empresariado, em um ambiente onde todos os componentes da demanda apresentam desaceleração, é melhor recompor margem e não investir”.

Ainda no quesito *estilo*, a decisão de reduzir as taxas de juros por meio da utilização dos bancos estatais (de meados de 2012 a meados de 2013 entre 7% e 8%), ao que tudo indica, teria prescindido do diálogo e da tentativa de construção (difícil) de qualquer base social de apoio (elitista e/ou popular). E talvez o excesso de voluntarismo não tenha considerado devidamente o papel do circuito financeiro como *locus* da valorização patrimonial da riqueza, ignorando as *teias* de interesses que sustentam os juros altos no Brasil — da burguesia em geral, da classe média alta e mesmo das entidades dos trabalhadores. Não obstante, se a forma como foi decidida a política de redução dos juros prescindiu do diálogo e da base social de apoio, o fato é que sua reversão rápida foi determinada pela tendência inflacionária.

Nesse terreno, vale considerar a hipótese de subida dos preços como meio de compensação da redução dos lucros no mercado financeiro. Para Cardoso (2014) foi o que aconteceu, pois enquanto no mundo inteiro os investimentos privados diminuem com taxas de juros altas, no Brasil se daria o contrário: os investimentos acontecem com juros altos porque os ganhos no mercado financeiro reduzem os riscos dos investimentos, que ademais são financiados pelo BNDES. Não seria a demanda contida pelos juros altos que seguraria os preços, e sim o fato de que não seria preciso aumentá-los porque os lucros são assegurados em outro lugar. Quando os juros caem, os preços sobem, daí a inflação e a volta dos juros altos. Na visão do autor, o governo Dilma teria sido punido por fazer o que todo o mundo pediu: redução dos juros e desvalorização do real. “Há agentes econômicos com grande poder de veto a medidas que representam, do ponto de vista dos rentistas, perda de renda. Esses agentes não permitiram dólar alto e juro baixo” (CARDOSO, 2014)⁸.

Dólar baixo e juro alto afetam, claro, a indústria, sendo que propostas interessantes foram formuladas no início do governo Lula, com destaque à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada no início de 2004, focada em setores tecnológicos dinâmicos e inovadores (fármacos/medicamentos, biotecnologia e nanotecnologia, semicondutores, softwares, bens de capital). Algumas propostas da PITCE seriam implementadas nos anos seguintes e o foco nos setores tecnologicamente dinâmicos, reafirmado em 2008, com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). No entanto: “(...) estratégias de

8 Ao se investigar essa hipótese, claro, seria preciso explicar por que a combinação juros altos e inflação alta ocorre com frequência na história do Brasil, o que o entrevistado ignorou.

desenvolvimento industrial não se fazem apenas com políticas industriais explícitas. Por melhor que seja seu desenho, devem contar com políticas macroeconômicas compatíveis” (CANO; SILVA, 2010).

A manutenção do tripé metas de inflação, câmbio valorizado, superávit primário e a política de juros altos inerente, num contexto internacional de elevação dos preços das commodities, efetivamente atropelaria esforços de política industrial. A tentativa do governo Dilma de relativizar o tripé no sentido de uma política industrialista não surtiria os efeitos desejados, sendo importante apontar para erros do governo, a fim de não cair no determinismo *estrutural*. Mas a impressão para quem vê de fora (não é economista) é a de que, dentro da ordem, só é possível *comer pelas bordas*, sendo essa a opção dos governos Lula: certa inflexão na política econômica sem enfrentamento dos interesses dominantes (mormente financeiros). Não que o caminho inverso assegurasse futuro mais promissor, de fato é impossível sabê-lo, com o confronto sempre evitado; agora, no contexto da América Latina, o Brasil seria o país em melhores condições econômicas para tanto e, sob a liderança de Lula, diríamos que era também aquele em melhores condições políticas, do ponto de vista da capacidade de mobilização popular, a partir de meados do segundo mandato, quando o apoio popular talvez permitisse a construção de uma correlação de forças mais favorável à autonomia estatal, inclusive com reformas político-institucionais, alicerçadas nesse apoio.

Nos limites do possível, vale destacar o papel do BNDES. O volume de recursos desembolsado pelo Banco, principalmente a partir de 2008, inviabiliza a sustentação da ênfase no continuísmo neoliberal, mesmo que contestável o novo-desenvolvimentismo: em 2010, os desembolsos foram de R\$ 168,4 bilhões, ao passo que em 2003 foram de R\$ 35,1 (BNDES, 2010). Decolou a política de incentivo à formação/expansão de grandes grupos nacionais, as *eleitas* pelo BNDES, por ser a instituição o operador principal dessa política, financiando fusões/aquisições entre empresas e investimentos dentro e fora do país. O BNDES também aumentou sua participação acionária nas empresas por meio do BNDESPAR — subsidiária responsável pelas participações acionárias do Banco —, com destaque para os setores de óleo e gás, mineração e energia, alimentos, papel e celulose⁹. Como o BNDESPAR, fundos de pensão de estatais — PREVI, PETROS, FUNCEF — se

9 Conforme levantamento do jornal Valor Econômico (14/03/2013), 89% dos investimentos do BNDESPAR estavam concentrados em cinco setores: “Petrobras e Vale garantem 60 pontos percentuais desse subtotal, enquanto Fibria, JBS, Brasiliana (Eletropaulo e AE Tietê), Copel, CPFL, Suzano, CEG e Eletrobras completam a lista com os outros 24 pontos percentuais. Como se nota, todas as empresas são dos segmentos de óleo e gás, mineração, energia, alimentos e papel e celulose”. Disponível em: <http://www2.valor.com.br/brasil/3044572/bndespar-concentra-89-dos-investimentos-em-apenas-5-setores>. Acesso em 30/12/2014.

tornaram acionistas relevantes em grandes empresas nos setores mencionados.

Entre as eleitas do BNDES avulta a Petrobras, cada vez mais privilegiada: em 2006 os empréstimos à estatal ficaram em R\$ 7,17 bilhões e, em 2008, R\$ 10,73 bilhões; em 2009 saltaram para R\$ 34,93 bilhões, em 2010 para R\$ 36,38 bilhões; chegando a R\$ 40,89 bilhões em 2011 e R\$ 47,87 bilhões em 2012 (ALMEIDA *et al.*, 2014). O apoio foi frutífero: a participação do segmento de petróleo e gás natural no PIB aumentou de 3% em 2000 para 12% em 2010, chegando a 13% em 2014. Em 2002, a Petrobras valia R\$ 30 bilhões, com receita de R\$ 69,2 bilhões, lucro líquido de R\$ 8,1 bilhões e investimentos em torno de R\$ 18,9 bilhões. Uma década depois, em 2012, o valor de mercado da Petrobras já era R\$ 260 bilhões, a receita R\$ 281,3 bilhões, o lucro líquido R\$ 21,1 bilhões e os investimentos multiplicaram para R\$ 84,1 bilhões¹⁰. A empresa agigantou e, combinada à política de conteúdo local (que prioriza a compra/contratação de serviços e equipamentos de origem nacional, assim como a mão de obra local), fez renascer a indústria naval brasileira, sendo que os investimentos puxam vários setores — grande engenharia, metalurgia, siderurgia — e a economia toda¹¹.

Duas outras empresas que se destacam entre as preferidas do BNDES são a Vale S/A e o JBS-Friboi, quanto aos financiamentos e na participação acionária do BNDESPAR. A Vale S/A se transformou na segunda maior empresa de mineração do mundo, com operações em trinta países e valor de mercado estimado em R\$ 215,1 bilhões em 2012 (R\$ 173 bilhões em maio de 2013). O JBS-Friboi tornou-se líder mundial no setor de proteína animal, controlando aproximadamente 45% das vendas de carne bovina. A atuação do BNDES no caso da Vale, inclusive acionária (em companhia de fundos de pensão), como no da Petrobras, parece-nos perfeitamente defensável como política de desenvolvimento (mesmo que práticas da empresa no campo socioambiental não o sejam), pois interessa manter a estatal *sob controle* estatal; já o caso JBS-Friboi é bem criticável, sem falar nas empresas X do grupo de Eike Batista.

A política de incentivo às empresas “campeãs nacionais” seria bastante questionada, das escolhas do Banco à estratégia como política de desenvolvimento. Seria reprochada a opção por empresas fortes/consolidadas, em geral ligadas às

10 Portanto, não são descabidas as teses de que os ataques recentes à empresa obedecem à geopolítica (BELLUZZO, 2014) ou a lógicas imperialistas, sendo sintomático que seja o setor de compras (lôcus da política de conteúdo nacional) o foco dos ataques à corrupção na Petrobras (BOITO JR., 2014). O que evidentemente não elimina o fato de a empresa ter, infelizmente, fornecido armas aos inimigos com os esquemas denunciados.

11 Sobre a indústria naval, ver “O ressurgimento da indústria naval no Brasil”. Disponível em http://www.ipea.gov.br/porta/imagens/stories/PDFs/livros/livros/livro_ressurg_da_ind_navai.pdf, acesso em 30/12/2014.

exportações de commodities e/ou construção civil, que supostamente poderiam se financiar no mercado privado. Outras, cuja existência, fortalecimento e expansão estariam relacionadas às conexões com o BNDES, teriam se mostrado pouco lucrativas e igualmente ligadas às commodities. O apoio aos frigoríficos foi o que gerou maior reprovação, especialmente JBS/Friboi, empresa pouco conhecida até a “parceria” com o Banco. Outro caso reprovado foi o apoio às empresas X, sobretudo depois da falência de Eike Batista.

No campo liberal, opositores acusaram a “estatização da economia” e os efeitos negativos à *livre competição* e suas supostas vantagens. Mas a maior objeção, do ponto de vista de desenvolvimentistas e ortodoxos, seria o endividamento público decorrente do diferencial entre as taxas de juros pagos pelo Tesouro e as praticadas pelo BNDES, a fim de privilegiar poucas empresas, em setores não intensivos em tecnologia. E porque foram essas empresas que demandaram apoio e que tinham melhores condições para apresentar projetos e atender às exigências do Banco (ROCHA, 2014), ou por motivos de ordem eminentemente política (LAZZARINI, 2011), o fato é que algumas das escolhas principais iriam de encontro às diretrizes de política industrial traçadas na PITCE e no PDP, havendo “pouco ou nenhum avanço na política industrial brasileira e uma modesta expansão do esforço em P&D” (MEDEIROS, 2015, p. 165).

Uma dimensão importante da política de incentivo às grandes empresas nacionais diz respeito ao processo de internacionalização. Aumentaram tanto as obras de infraestrutura no exterior envolvendo construtoras brasileiras — Odebrecht, Camargo Córrea, Andrade Gutierrez — como as aquisições por grandes grupos nacionais — como Gerdau, JBS/Friboi, Marfrig, Petrobras, Vale, Magnesita, entre outras¹². Os negócios pela América do Sul avançaram, a alta nos preços internacionais das commodities e as perspectivas de lucro via controle de recursos estimularam o expansionismo sobre países vizinhos, ao mesmo tempo em que a prestação de serviços de engenharia foi incentivada pelos empréstimos públicos, em meio ao discurso em torno da integração regional.

Discurso pela integração não reduzível à mera retórica para garantir o expansionismo de empresas brasileiras, embora tal dimensão deva ser seriamente considerada. A política diplomática dos governos Lula esteve, sim, voltada ao eixo Sul-Sul, assumindo posições políticas contrárias aos EUA, apoiando governos progressistas na região e tentando avançar no projeto de integração regional. Apesar das dificuldades, é incontestável que o Estado brasileiro atuou pela integração, com avanços nos campos econômico-comercial e político-institucional

12 Ver *rankings* da Fundação Dom Cabral, disponíveis no site da instituição: <http://www.fdc.org.br>.

(criação da UNASUL, maior intercâmbio comercial). O projeto da ALCA foi sepultado e o governo brasileiro adotou postura conciliadora nas relações com a Bolívia após as nacionalizações empreendidas por Evo Morales, nas negociações com o Paraguai em torno das tarifas de energia de Itaipu, face aos reveses no comércio com a Argentina, sendo que em alguns episódios a interferência brasileira foi importante à estabilização de governos progressistas na região (BERRINGER, 2014).

Os investimentos diretos no exterior (IDE) seguiram modestos em termos internacionais, mas cresceram nos últimos anos — de 16,6 bilhões de dólares em 2003 para 64 bilhões em 2013 — e diversas empresas conquistaram/expandiram espaço no comércio internacional. Entretanto, os incentivos governamentais ao expansionismo de empresas brasileiras — investimentos diretos, aquisições/fusões — gerariam críticas, sob o argumento principal de desviarem recursos que poderiam ser investidos no Brasil. Os defensores da *estratégia* advogam que o expansionismo fortalece empresas brasileiras e é condição para qualquer país conquistar relevância mundial, representando ao mesmo tempo investimentos no país, ao promover exportações de serviços, insumos, equipamentos etc. Acrescentaríamos que a economia brasileira não pode mesmo crescer muito, pois em seguida vem o ajuste *prudencial*; portanto, promover investimentos no exterior exporta parte dos *custos do crescimento*, e foram práticas expansionistas de empresas apoiadas pelo BNDES, em boa medida, responsáveis por fazer avançar o discurso em prol da integração e a própria integração.

As obras de infraestrutura dentro e fora do país enfrentariam resistência da parte de movimentos sociais, notadamente no campo ambientalista, levantando dúvidas sobre as vantagens do desenvolvimento (saneamento básico, água potável, eletricidade, empregos melhor remunerados, escolas e assistência médica) face à degradação dos modos de vida nos espaços ao redor (criminalidade, prostituição, mendicância), acentuada a precarização dos serviços públicos devido ao aumento da demanda. Movimentos de resistência absolutamente justificáveis, que expressam as contradições envolvidas nos investimentos em infraestrutura, engendrando processos progressistas e destruição dos modos de vida tradicionais e do meio ambiente. Nesse sentido, além das vantagens do desenvolvimento, que, sem dúvida, existem, não se pode ignorar a dimensão positiva do ativismo decorrente, retirando do isolamento político populações inseridas nos modos de vida tradicionais.

Enfim, as experiências de governos progressistas (e *progressista* deve ser historicamente contextualizado) na América Latina parecem convergir no aproveitamento do *boom* das commodities para promoverem reformas sociais; todavia, a gama de carências internas e, conseqüentemente, de premência social de

crescimento, determinada também por razões políticas — se a economia não cresce, a oposição ganha força e esses governos passam a ter dificuldades para manter o poder e/ou prosseguirem praticando políticas sociais —, atravancaram projetos estruturais de longo prazo (de preferência em serviços públicos de qualidade), favorecendo opções por grandes obras, que interessam ao setor privado, e a especialização produtiva em torno das exportações de commodities.

No caso brasileiro, é certamente o pior legado desses tempos de bonança internacional, os quais os governos Lula aproveitaram para promover crescimento econômico apoiando grandes empresas com crédito subsidiado, proteção, desonerações, associações e alguns investimentos em infraestrutura; isto paralelamente à ativação do mercado interno por meio de aumentos salariais e crédito ao consumo, expandindo gastos sociais e programas de transferência de renda aos mais pobres. A conjuntura internacional facilitou em muito a adoção dessas políticas sem o abandono do tripé *prudencial*, apertado conforme o movimento inflacionário, em boa parte relacionado à própria conjuntura internacional, numa gangorra sem fim.

Social-desenvolvimentismo e lulismo

Os governos do PT praticaram uma política de valorização salarial — do salário-mínimo e dos salários do funcionalismo federal — e políticas de caráter assistencial que derrubaram os índices de pobreza e de pobreza extrema em 65% e 75% respectivamente, com alguma queda na desigualdade: o índice de Gini foi de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010 e 0,498 em 2013. E mais que as políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), decisivos na redução da pobreza e no descimento da desigualdade foram os aumentos salariais, o crescimento da economia, dos empregos, da expansão do crédito, dos investimentos públicos e privados. O PBF, carro-chefe do lulismo, padeceria de muitas limitações: precária contrapartida dos serviços universais de qualidade, benefício concedido por governos em vez de direito assegurado constitucionalmente, dependente da arrecadação e dos rumos da vida política, com reajustes abaixo da inflação e, em que pese a abrangência alcançada, ao menos dois milhões de pessoas (ou mais) teriam direito ao benefício sem serem contempladas (LAVINAS, 2014¹³).

13 “Juntos, la creación de empleo y el crecimiento del salario mínimo redujeron el índice de pobreza al 15% (...). Los programas de bienestar que implican transferencias de dinero ayudaron a reducirlo aún más (hasta el 11%)” (LAVINAS, 2014, p. 37). Conforme Medeiros (2015, p. 74): “se a redução da pobreza por meio de transferências de renda foi economicamente importante para o mundo rural — sobretudo no Nordeste —, foram a elevação do SM real, a formalização do trabalho assalariado e a expansão do crédito ao consumidor que conduziram a um aumento do número de famílias da massa trabalhadora urbana com poder de compra suficiente para a diversificação do

Obviamente não se trata de ser contra o programa, longe disso, e sim de apontar limitações, como no caso do novo-desenvolvimentismo. Conforme Lavinás (2014), no Brasil, como em outros países latino-americanos, observa-se a tendência à concentração do gasto social em programas de transferência de renda (relativamente baratos) em vez de na prestação de serviços públicos universais em áreas decisivas como saúde, educação, saneamento e outros bens sociais básicos.

(...) el acceso de la población al agua potable o a un saneamiento adecuados ha mejorado muy poco en la última década [en Brasil]. Por el contrario, se ha disparado el acceso a los bienes de consumo, tales como teléfonos móviles, lavadoras y ordenadores: un sorprendente 86% de los hogares tiene al menos un teléfono móvil (frente al 31% en 2001) y uno de cada dos tiene una lavadora, cuando sólo dos de cada tres hogares cuentan con un saneamiento adecuado. No hubo cambios en cuanto a la disponibilidad de agua potable en toda la década (LAVINAS, 2014, p. 40-41).

A prestação de serviços básicos foi menos cultivada, despontando a opção por programas de transferência de renda e outros incrementadores da acumulação no setor privado — produtivo e financeiro —, quando o ideal seria uma política de distribuição de renda densamente baseada na valorização salarial, acompanhada de investimentos fortes na expansão e na qualidade dos serviços públicos universais — que implicariam em ganhos salariais indiretos, além de geração de empregos. O PBF, o “Luz para todos”, o “Minha casa minha vida”, o PROUNI, o FIES e o crédito consignado foram importantes para os beneficiados e êxitos dos governos petistas, porém estreitamente ligados às políticas de estímulo ao mercado. Mesmo assim, as dificuldades para continuidade do modelo de inclusão social valorizando o mercado/consumo são salientadas por vários autores. Conforme Bastos (2012, p. 805), sem confrontar os interesses rentistas, que influenciam a pauta ideológica e prática da política monetária, cambial e fiscal, seria impossível sustentar políticas voltadas às necessidades do novo-desenvolvimentismo ou social-desenvolvimentismo, pois não haveria mais margem de manobra econômica, orçamentária e cambial para realizar políticas desenvolvimentistas¹⁴.

O fato é que conciliar *desenvolvimentismo* com interesses financeiros dominantes é muito difícil, e mais ainda contrariar tais interesses. Somente *fatores externos* parecem abrir brechas para políticas de desenvolvimento sem o enfrentamento de tais interesses ou para algum enfrentamento, restando às economias periféricas aproveitar tais brechas. Nos governos Lula, o crescimento da demanda asiática foi providencial, bem como a maior liberdade para expandir

padrão de consumo”.

14 Ver também Medeiros (2015).

gastos após a eclosão da crise financeira em 2008, também relacionada às *necessidades* da economia mundial. Foi possível priorizar interesses do capital produtivo e expandir gastos sociais evitando contrariar os do capital financeiro, às custas da especialização exportadora em torno das commodities e do desvio de recursos para o circuito financeiro. O governo Dilma procurou *flexibilizar* o tripé e não encontrou apoio sequer entre as frações de classe dominantes, que seriam supostamente mais beneficiadas; teria cometido erros, mas crucial seria o poder de veto dos agentes econômicos internos e externos ao não permitirem dólar alto e juro baixo (CARDOSO, 2014).

Para nós, havia baixa possibilidade de êxito na tentativa de inflexão, descartada a mobilização da base de apoio popular, fora do horizonte do lulismo (SINGER, 2012), e não se configurando em opção para o governo Dilma desequilibrar a complexa *solução de compromisso* entre neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo em benefício dos dois últimos. Base popular formada tanto por trabalhadores organizados como pelas massas desorganizadas, clientes dos programas sociais, que têm levado analistas à recuperação das noções de populismo e/ou bonapartismo em estudos sobre os governos Lula, tanto para denunciar a cooptação de lideranças sindicais e práticas políticas assentadas nas relações líder-massas como para destacar a emergência política de uma força social nova: uma massa desorganizada de subproletários (SALLUM JR., 2008; SINGER, 2012).

Retomada possível uma vez que o lulismo acerca-se do populismo como prática política de *controle* (no mínimo, de contenção) da base sindical e de movimentos sociais ligados aos PT (fala-se em *peleguismo*, *transformismo*, com cooptação das lideranças via cargos no Estado e pelas *finanças*); bem como aproximar-se-ia do bonapartismo na promoção de existência política a um contingente que emerge na cena política como massa desorganizada. De um lado, o eleitorado tradicional do partido, apesar do *controle*, capaz de eleger programas de governo ou ao menos de se opor aos programas adversários (orientado pela postura anti-neoliberal). De outro, a massa desorganizada, arregimentada sobretudo nas regiões mais pobres e atrasadas do país, estabeleceria com o líder relações eminentemente personalizadas.

Não obstante, o populismo na história brasileira correspondeu à fase de transição para o capitalismo industrial (1930-1964), na qual nenhuma força social economicamente dominante era capaz de impor os rumos da política estatal, daí a emergência do Estado *de tipo bonapartista* como força protagonista do projeto de industrialização após 1930. Num contexto adverso, de oposição da classe dominante agrária à industrialização e com industriais reticentes, temendo os

custos da produção, contexto no qual serão as classes trabalhadoras urbanas a base social de apoio ao processo de industrialização — base construída por meio da política de antecipação das reivindicações populares: legislação social e trabalhista reunida na CLT, decretação do salário-mínimo, legalização da vida sindical etc. O Estado populista organiza *desde o alto*, movimentando politicamente os trabalhadores urbanos; de algum modo, as práticas oligárquicas, marcadas pelas relações de dependência pessoal do campo, são transferidas para as cidades, com a emergência do populismo-clientelismo. Uma forma superior às práticas coronelísticas ligadas às duras relações de dominação no campo, pois ainda que envolva manipulação política, o populismo/clientelismo está baseado num comportamento marcado pela livre *troca* de apoio/voto por vantagens materiais (SAES, 2001).

Dimensão encontrada igualmente no lulismo, todavia não parece acertado falar na emergência de um Estado de tipo bonapartista, da ótica da autonomia estatal, pois existe uma força social dominante — os agentes do capital financeiro — claramente capaz de impor limites à execução de políticas desenvolvimentistas, levando os governos petistas a *comerem pelas bordas*. Não que os governos populistas atuassem num vazio social, mas pesquisadores costumam atribuir maior margem de manobra para políticas de desenvolvimento relacionadas à conjuntura de crise hegemônica e à base de apoio popular. O lulismo não operará em contexto similar nem buscará a mobilização política das massas-clientes, sendo difícil sustentar que práticas políticas consideradas *populistas* sejam cruciais ao denominado novo-desenvolvimentismo. Está muito mais ligado às aspirações da burguesia do setor produtivo, atendendo também aos agentes do setor bancário, na medida em que o incentivo ao consumo passa pelo mercado financeiro e foi mantido o tripé macroeconômico.

É certo que o apoio das massas desorganizadas tem um peso enorme e, entre outros fatores, o aporte eleitoral assegura doações de campanha milionárias. Porém é difícil provar que, na ausência desse aporte, o novo-desenvolvimentismo (conforme abordado antes) seria impossível, como provável no caso do nacional-desenvolvimentismo, sem o apoio das massas trabalhadoras urbanas entre 1930 e 1964. Ou seja, não constitui tarefa fácil provar que o social-desenvolvimentismo é condição para o novo-desenvolvimentismo; ao que tudo indica, seria mais importante ao projeto de poder do PT. E menos que jogos de poder e manipulação, um programa como o Bolsa Família, por exemplo, estaria relacionado à história do partido e de movimentos sociais que o acompanham, conferindo *desde cima* existência política a milhares de pessoas desprovidas dos meios para reivindicar tal benefício.

Desse modo, se for para destacar fenômenos de manipulação eleitoral, cooptação das lideranças trabalhistas, personalização da vida política sob o lulismo, é preciso reconhecer que obedecem às lógicas distintas das do período populista. Daí a retomada da noção de bonapartismo, à maneira de Singer (2012), ser mais interessante: o lulismo seria um fenômeno bastante contraditório, distinguido pelo acionamento das alavancas do Estado com vistas a beneficiar a fração da classe explorada mais à deriva no mundo do trabalho, com renda de até dois salários mínimos e destituída das condições mínimas de organização política *desde baixo*, despontando na cena política como massa desorganizada. O autor é cauteloso nos paralelos com a análise de Marx em “O 18 de brumário de Luís Bonaparte”, tendo em vista que as similitudes entre os governos Bonaparte III e Lula são restritas (p. 37), porém possíveis, na medida que a emergência política de uma massa politicamente desorganizada definiria o lulismo.

A análise de Singer (2012) constitui o melhor esforço de compreensão dos governos Lula, mas destacaríamos dois argumentos discutíveis, não no cerne da sua análise, focada na emergência política da massa desorganizada e seus efeitos político-eleitorais: seu entendimento de que os governos Lula se amoldaram ao conservadorismo da base de apoio nova, que aspiraria à proteção do Estado sem desordem, daí o reformismo fraco; e a ideia de que essa base de apoio permitiria ao Estado relativamente arbitrar entre as classes. Sobre a primeira hipótese, é bem mais provável que a fonte do conservadorismo se encontre em outro lugar:

Ainda que seja incontestável o realinhamento eleitoral, uma vez que nas eleições de 2006, pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores — cujos votos tradicionalmente concentravam-se nos extratos médios e de maior escolaridade — teve o voto do “andar de baixo” (o subproletariado), a análise de Singer deixa de lado outro realinhamento, fundamental para compreender a dinâmica do “andar de cima”. Analisando-se os valores doados, entre as eleições de 2002 e de 2006, para a campanha eleitoral de Lula, de acordo com dados de Filgueiras e Gonçalves (2007), vê-se um expressivo aumento dos recursos doados pelo setor financeiro (que passam de R\$ 6.080 milhões para de R\$ 12.705 milhões), pelo setor de construção civil (de R\$ 2.490 milhões para de R\$ 18.028 milhões) e pelo setor primário-exportador e indústria de commodities (de R\$ 1.610 milhões para de R\$ 12.511 milhões). Assim, percebe-se em 2006 outro realinhamento eleitoral, não tão expressivo em número de votos quanto o realinhamento apontado por Singer, mas muito expressivo em cifras (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

A tese de que a base de apoio nova permitiria ao Estado arbitrar acima das classes, de difícil sustentação, já foi devidamente comentada por Boito Jr. (2013),

mas talvez seja produtiva ao entendimento do lulismo a noção de bonapartismo *soft*, acatando sugestão de Singer (2012) ao cuidado com paralelos entre o fenômeno em foco e o bonapartismo *clássico*.

A ideia remete à obra de Domenico Losurdo (2004), “Democracia ou Bonapartismo”, a qual propõe o entendimento do arranjo político moderno a partir das teias do poder Executivo sobre os demais poderes, aproximando regimes democráticos atuais das experiências bonapartistas ditatoriais. A intenção do autor é elucidar como a democracia liberal, por meio do bonapartismo agora *soft*, mantém os indivíduos na condição de “multidão-criança” a ser conduzida por lideranças políticas. O que teria se tornado intrínseco ao funcionamento do regime democrático tal como este foi se configurando a partir da segunda metade do século XX. E graças ao domínio dos meios de comunicação, a personalização da vida política, em prejuízo de programas partidários-ideológicos, estaria mais ligada a expedientes político-institucionais que ao carisma.

Losurdo (2004) destaca a primazia do sistema majoritário sobre o proporcional, a predominância do legislativo bicameral em vez de unicameral, a preferência pelo sistema bipartidário, a oposição às listas fechadas, o sistema uninominalista; salientando ainda o poder dos *lobbies* e o monopartidarismo competitivo no interior dos sistemas multipartidários, com os diversos partidos atuando como frações de um mesmo partido. O resultado seria o regime democrático atual, caracterizado pela fragilização do princípio da divisão dos poderes e da livre competição político-partidária, com o sufrágio universal transformado em instrumento plebiscitário de lideranças políticas, graças à ajuda decisiva do “poder totalitário” dos meios de comunicação.

Como entendemos, o poder Legislativo não deve ser encarado como mero refém do Executivo; o que ocorre é que as formas institucionais e as práticas políticas que o bonapartismo *soft* fomenta favorecem as relações *clientelistas* entre os poderes. Estaríamos diante de um modo de ser da democracia liberal que foi se configurando num *regime bonapartista*, assentado na sucessão ordenada e institucionalizada de lideranças competindo numa plataforma substancialmente unitária e comum ao cargo de guia e intérprete supremo da nação. Sendo a manutenção dos indivíduos-eleitores na condição de “crianças incapazes”, a serem guiadas por um líder, necessária à conservação da forma democrática dos regimes políticos no capitalismo monopolista, pois de fato democracia e *mercado* seriam incompatíveis. E seria irrelevante o debate entre democracia direta *versus* democracia representativa, pois a massa estaria desprovida dos meios políticos espirituais e/ou econômicos para decisões políticas autônomas, de forma que:

Nos nossos dias, assiste-se a um paradoxo: os que agitam a palavra

de ordem da “democracia direta”, naturalmente não a que intervém nas fábricas e nos postos de trabalho mas a que prescinde da mediação dos partidos, são precisamente os adeptos do bonapartismo *soft*, segundo os quais quem designa o líder da nação (no âmbito do regime presidencial) ou o líder de um determinado colégio eleitoral (no âmbito do sistema uninominal) deve ser diretamente o povo atomizado, privado dos seus meios mais modestos de autônoma produção espiritual e política (LOSURDO, 2004, p. 329).

A perspectiva é interessante por apreender o bonapartismo como fenômeno hodierno e generalizável, alicerçado institucionalmente, no qual partidos e programas de governo submergem nas práticas políticas dominantes. Um retrocesso que solaparia o processo de emancipação representado pela conquista do sufrágio universal, que permitiu a associação entre direitos políticos e sociais, havendo atualmente pouco espaço para diferenciações partidárias, uma vez alcançado o poder; para piorar, a democracia direta, que estamos acostumados a defender, reforçaria o fenômeno em análise.

Passando à reflexão sobre o Brasil de Lula, parece-nos pertinente afirmar que programas de transferência de renda em meio às carências sociais profundas, a emergência política de uma massa desorganizada, o próprio carisma do ex-presidente (vinculado aos ganhos às massas) e o denominado presidencialismo de coalizão reforçariam a tendência ao bonapartismo. Contudo seguiria *soft*, uma vez que não estamos diante de nenhuma fase de transição e crise hegemônica a propiciar autonomia estatal para arbitragem entre classes tendo em vista projetos de desenvolvimento — nada *soft* seria no que tange às relações clientelistas entre poderes.

Outrossim, o lulismo expressaria *atraso* político: heteronomia em vez de autonomia. Mas não retrocesso, pois implicou numa inflexão das políticas neoliberais rechaçadas pelos eleitores, assegurando ganhos sociais às camadas populares. Dessa ótica, a personalização da vida política e a centralidade do poder Executivo, corretamente encarados sempre como atraso, se intrínseca ao modo de funcionamento das democracias ocidentais, podendo ser vista como menos mal quando traduzida em conquistas sociais. Depois, a análise de Marx n’“O 18 brumário” está voltada à compreensão da conjuntura francesa do século XIX, profícua aos estudos de conjuntura em geral, desde que os elementos teóricos do autor sejam adequados à realidade deste início do século XXI — no caso, à realidade da periferia do capitalismo.

Partir para mobilização popular e expandir os mecanismos — plebiscitários — da democracia direta, mesmo que às custas da maior personalização política e da centralização do poder pelo Executivo — digamos, à maneira *bolivariana* —

talvez seja a única via para países periféricos praticarem reformas sociais de forma mais acelerada. No Brasil, a defesa da expansão dos mecanismos de democracia direta merece reflexão, face ao perfil conservador do Legislativo saído das eleições de 2014 e a pesquisas de opinião sobre temas como minoridade penal. A hipótese de Singer (2012) de conservadorismo das massas precisa ser investigada por meio de pesquisas empíricas mais exaustivas, elucidativas desse conservadorismo: se no campo social ou fundamentalmente comportamental e na esfera da segurança. Seja como for, sem mobilização popular sequer o reformismo fraco gozaria (ou gozou) de futuro promissor¹⁵.

Conclusão

As ideias centrais aqui expostas são, evidentemente, um tanto desanimadoras. Os governos Lula dificilmente podem ser enquadrados como neoliberais, sem produzirem grande entusiasmo no campo desenvolvimentista. De fato, países da periferia têm pouca margem de manobra para políticas econômicas na contramão da ortodoxia reinante, afora quando as condições internacionais dão um fôlego. No caso dos governos Lula, a fortuna da conjuntura internacional ajudou, porém atropelou propostas de política industrial, tornando a especialização nas exportações de *commodities* irresistível e, ao mesmo tempo, facilitando a *solução de compromisso* construída — entre neoliberalismo, novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo —, que o governo Dilma procurou, sem sucesso, flexibilizar, no sentido *industrialista*. Cometeu erros, sem dúvida; até mesmo o estilo da presidente não deve ter ajudado, mas é difícil saber se na ausência desses seria a tentativa bem-sucedida, e tendemos a duvidar um tanto dessa possibilidade.

Já o social-desenvolvimentismo apresenta várias limitações. Entre elas, a mais importante seria a opção pelos programas de transferência de renda, em vez da promoção de serviços universais de qualidade. Também o tempo da política não ajuda, a economia precisa crescer ou a oposição ganha força e o governo passa a ter dificuldades para manter o poder e prosseguir com políticas sociais. Por sua vez, para serem sustentáveis no tempo, tanto o novo-desenvolvimentismo como o social-

15 Vale ressaltar que o conservadorismo das massas parece bastante presente nas experiências *bolivarianas*. Na Bolívia, por exemplo, há denúncias de linchamentos relacionados à justiça indígena autônoma; no entanto, isso não inviabiliza o reconhecimento dos ganhos sociais e políticos relacionados ao governo de Morales e de instrumentos de democracia direta praticados. A Bolívia representa também um caso de confronto que não propriamente saiu “da ordem”, mas foi preciso muita mobilização popular. Evidente que cientistas sociais não deveriam se deixar embevecer, como “crianças”, por lideranças de tipo *bolivarianas*, mas sim expor os limites dessas experiências defendendo os avanços sociais implicados, e claro que Brasil e Bolívia são países com pesos distintos na economia mundial. O confronto, no caso brasileiro, provocaria reações imperialistas muito mais duras, cujos efeitos são impossíveis de prever com o enfrentamento sempre evitado.

desenvolvimentismo exigem enfrentamento dos interesses dos *rentistas*, muito provavelmente impossível sem mobilização popular. Uma aposta sempre arriscada, que lá por 2010 o ex-presidente Lula gozava de condições políticas e econômicas para tentar, não estivesse o confronto fora do escopo do lulismo, conforme estudo de Singer (2012). Supondo que assim não fosse, a via certamente redundaria em reforço do bonapartismo — menos *soft* do ponto de vista do Estado-árbitro (ao menos assim se espera) —, em alguma medida sempre atraso político, ainda que tudo deva ser devidamente contextualizado. Finalmente, em consonância com a concepção de desenvolvimentismo do início do texto (FONSECA, 2013), falar em novo-desenvolvimentismo parece excessivo; estudos mais exaustivos devem elucidar melhor as oportunidades aproveitadas e as perdas, mas é possível afirmar que os governos petistas (até 2014) foram melhores que aqueles mais presos à ortodoxia liberal, que costumam pôr a conta dos ajustes fundamentalmente nos bolsos dos trabalhadores.

Referências

- ALMEIDA, M.; OLIVEIRA, R. L.; SCHNEIDER, B.R. (2014). Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras. In: *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014.
- BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (orgs.). *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2014.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, dez. 2012.
- BELLUZZO, L. G. *Entrevista à Carta Maior*. 2014. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ha-interesses-geopoliticos-contra-a-Petrobras-diz-Belluzo%0A/4/32476>>.
- _____; ALMEIDA, J. G. *Como recuperar o vigor industrial*. Carta Maior, 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FComo-Recuperar-o-Vigor-Industrial%2F7%2F33433>>.
- BERRINGER, T. *Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- BOITO Jr., A. *Quem é contra a corrupção*. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/rodrigoviana/geral/armando-boito-quem-e-contra-corrupcao-de-verdade/>>.
- _____. O lulismo como bonapartismo: uma crítica às teses de André Singer. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 37, 2013.
- BONELLI, R.; PESSOA, S. *Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência*. Rio de Janeiro: FGV, 2010 (Texto para Discussão n. 7).
- CANO, W.; SILVA, A. L. G. (2010). *Política industrial do governo Lula*. Texto para Discussão n. 181. Campinas: IE/Unicamp, jul. 2013. Disponível em: <http://horia.com.br/sites/default/files/documentos/texto181_politica_industrial.pdf>.
- CARDOSO, A. M. *Entrevista ao jornal Folha de São Paulo*, 7 jun. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1466547-conluio-antidistributivo-puniu-dilma-e-campanha-sera-mais-radicalizada-diz-sociologo.shtml>>.

- CARNEIRO, R. Desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. *Observatório da Economia Global*, Textos avulsos, Campinas, n. 4, 2010.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. 2013. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201309121650480.Conceito%20Desenvolvimentismo%20-%20Pedro%20Fonseca.pdf>>.
- GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 31, 2012, p. 5-30.
- LAVINAS, L. La asistencia social en el siglo XXI. *New Left Review*, 84, enero-febrero 2014.
- LAZZARINI, S. G. *Entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo*. Empresa que elege mais políticos recebe mais recursos do BNDES. 11 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,empresa-que-elege-mais-politicos-recebe-mais-recursos-do-bndes-,809497,0.htm>>.
- LOSURDO, D. *Democracia ou Bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- MARX, K. *O dezoito Brumário*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MEDEIROS, C. A. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, 31 (4), 2011, p. 507-527.
- ROCHA, D. Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 51, jul./set. 2014.
- ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. *Do industrialismo ao financismo*. 2015. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/do-industrialismo-ao-financismo/>>. Acesso em: 26 abr. 2015.
- SAES, D. A. M. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, 15 (42), 2001.
- SALLUM JR., B. Hegemonia Liberal, Desenvolvimentismo e Populismo. Notas sobre a especificidade do governo Lula. *Nueva Sociedad*, n. 217, septiembre-octubre 2008, p.155-171.
- SAMPAIO JR., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 112, 2012, p. 672-688.
- SERRANO, F.; SUMMA, R. A. Desaceleração Rudimentar da Economia Brasileira desde 2011. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2012.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *O que querem os empresários?* Folha de S. Paulo, 24 ago. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andre-singer/2013/08/1331251-o-que-querem-os-empresarios.shtml>>.
- TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

Sobre a autora

Angelita Matos Souza: é professora de Sociologia e de História Econômica na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Rio Claro. É doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2003), mestra em Ciência Política (1995) e graduada em Ciências Sociais (1987) pela mesma instituição. Atua principalmente nos temas de história política e econômica do Brasil, Estado e desenvolvimento, imperialismo, dependência e desenvolvimento e geopolítica.

* * *

ABSTRACT

New developmentalisms, *lulismo* and bonapartism

This article analyzes the PT governments, especially Lula governments, with emphasis on development policy issues and “lulism”, assuming that the economic policy has gone from predominantly favorable to the interests of international financial capital and their local defenders, in the FHC government, for greater attention to the interests of productive capital and working classes in the Lula governments. In the first part, we talk about the new developmentalism, then about the social developmentalism, *lulismo*, populism and Bonapartism.

KEYWORDS: new developmentalism, social developmentalism, *lulismo*, populism, bonapartism.

RESUMEN

Nuevos-desarrollismos, *lulismo* y bonapartismo

En este texto, el objetivo es el análisis de los gobiernos del PT, especialmente gobiernos Lula, enfatizando el tema del desarrollismo y del *lulismo*, suponiendo que la política económica ha pasado de eminentemente favorable a los intereses del capital financiero internacional y sus defensores locales, en los gobiernos FHC, a la mayor atención a los intereses del capital productivo nacional y de las clases trabajadoras en los gobiernos del PT. En primer lugar se discutirá el tema del nuevo-desarrollismo, en seguida el social-desarrollismo y la naturaleza supuestamente bonapartista y populista del *lulismo*.

PALABRAS CLAVE: nuevo-desarrollismo, social-desarrollismo, *lulismo*, populismo, bonapartismo.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>